

### **Trabalho, educação, saúde e outros possíveis: diálogos na perspectiva ergológica**

A construção da ‘abordagem ergológica do trabalho’ é uma história científica e humana que emerge da colaboração de três pesquisadores – Yves Schwartz, filósofo; Daniel Faïta, linguista; Bernard Vuillon, sociólogo – que, reunidos em 1983-1984, fundaram o dispositivo Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho (APST). Eles tinham como desafio pensar as mutações do trabalho que traziam fortes interrogações sobre como preparar as jovens gerações para enfrentar as mudanças que atravessariam todos os aspectos da vida econômica e social, e notadamente aquelas concernentes às atividades de trabalho (APST, 1991). Isto implicaria responder simultaneamente outra questão inevitável: que meios têm os universitários eles mesmos para enfrentar tais novas interrogações? (APST, 1991).

Na base desse desconforto estariam relações – muito indiretas ou concebidas de maneira estreita, formal, parcelar, instrumental – entre universitários e as atividades econômicas e sociais. Desconforto que convocava repensar as formas de colaboração entre estes atores sociais colocando

à prova, uns e outros, os recursos eventualmente disponíveis na universidade, por uma abordagem não mutilante das situações de trabalho, e das experiências diversificadas e em espera de formalização/conceituação feitas das ditas mutações por assalariados pertencendo a setores profissionais variados (APST, 1991).

Os três pesquisadores nessa época, no quadro de seus engajamentos militantes, buscavam compreender as relações entre o mundo da cultura, da educação e aquele do trabalho. E as questões que orientavam suas pesquisas exigiam uma aproximação com a realidade de trabalho. Para estes pesquisadores, o regime de alternância entre períodos educativos e de trabalho na empresa colocava empecilhos para uma articulação fecunda entre esses dois universos, constituindo-se num problema social, pedagógico e filosófico. Segundo Schwartz (1985), a aproximação dos lugares reforçou, pouco a pouco, a hipótese da existência de formas de cultura, de acumulação de patrimônios que se articulam mal com a concepção de formação profissional e de formação geral tradicionais. Para esse autor, no início dos anos 1980, as organizações tayloristas e de produção em massa conheciam, na Europa, um declínio parcial. Isto representaria um desafio para compreender as transformações emergentes do trabalho, analisar os saberes e as ligações coletivas, os valores, as contradições, as lutas e os elementos que não são objeto de mutações bruscas.

A primeira experiência de colaboração entre pesquisadores e trabalhadores consistiu num estágio de formação profissional e contínua intitulada “Cultura profissional, saber-fazer e mutações tecnológicas”. Esse dispositivo

tinha como atividade principal um estágio de formação contínua de 160 horas para 15 assalariados, no quadro das possibilidades abertas pela Lei de Formação Contínua francesa. Essa primeira experiência é relatada na obra coletiva *L'Homme Producteur*<sup>1</sup> e sua institucionalização deu origem ao Diploma Universitário (DU) em APST – este curso era especialmente aberto para os trabalhadores sem o diploma universitário ou de Ensino Médio. Várias organizações socioprofissionais foram contatadas para integrar e fomentar essa experiência original, entre elas: a Confédération Générale Du Travail (CGT) e a Union Départementale des Mutuelles des Travailleurs (UDMT). A partir dessa primeira experiência, surgiram o Diploma Universitário APST, em 1986, e o Diploma de Estudos Superiores Aprofundados APST, em 1989. Foi criada ainda a Associação para a Promoção das Pesquisas sobre Trabalho (Apriti), em 1987.

Em 1989, foi instituído o Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESS) para atender a estudantes universitários de diversas disciplinas das ciências humanas e assalariados em regime de formação contínua sem diplomas universitários. É nesse contexto que emerge, desde os anos 1986-87, o dispositivo APST, ligado ao Centro de Epistemologia Comparada, criado pelo professor Granger, no Departamento de Filosofia da Universidade de Provence, França. Atualmente, o Departamento de Ergologia reestruturou seus cursos segundo diretrizes das normas europeias para reforma do Ensino Superior e passou a ofertar o Master de Ergologia – APST. Em 1995, o centro de pesquisa, ligado ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), foi denominado Centro de Epistemologia e Ergologia Comparada (Ceperc), para integrar melhor o aporte da ergologia.

Nesses vinte anos, o Departamento de Ergologia promoveu várias intervenções e pesquisas desenvolvidas a partir de acordos firmados com diferentes parceiros institucionais públicos e privados. Para tanto, o departamento contou com parceria permanente da Apriti, uma associação sem fins lucrativos, e também com o Observatoire des Rencontres du Travail (ORT), tendo em vista realizar intervenções de formação, estudo e outros projetos no mundo do trabalho.<sup>2</sup>

Entre os objetivos gerais do Departamento de Ergologia, temos: promover uma abordagem transversal para compreender os meios de trabalho em sua globalidade; elaborar instrumentos de intervenção com vistas à reorganização e à gestão do trabalho e, conseqüentemente, promoção da eficácia, da qualidade e, sobretudo, da melhoria das condições de trabalho; estimular um quadro de reflexão teórico-prática a propósito do trabalho e de suas transformações em curso, em todas as atividades profissionais. Tais objetivos são implementados por meio de atividades intercambiáveis de pesquisa, ensino e intervenção social em uma dinâmica de troca de saberes entre universitários (pesquisadores e estudantes) e trabalhadores assalariados de

diversos segmentos econômicos. O trabalho do departamento se desenvolve por meio da animação de um coletivo atento às implicações epistemológicas da produção de conhecimento, nos diversos campos científicos, mantendo a confrontação com a experiência sempre singular do trabalho individual e coletivo, com apropriação crítica dos saberes disponíveis sobre o trabalho humano.

A história de parceria com pesquisadores brasileiros tem vários 'inícios' já que, em momentos distintos, pesquisadores de áreas diferentes entraram em contato com a abordagem ergológica do trabalho. Mas vale lembrar, por sua repercussão, a primeira visita do professor Yves Schwartz, em 1997, a convite da professora Maria Inês Rosa, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desse modo, este suplemento da revista *Trabalho, Educação e Saúde* é apenas uma primeira tentativa de lastro, uma pequena amostra da penetração da abordagem ergológica nos estudos sobre trabalho em vários campos de pesquisa brasileiros, com apoio de institutos e programas de pós-graduação diversos e auxílio de vários órgãos de fomento, especialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e várias fundações estaduais de pesquisa, tais como Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entre outros.

Desde então, vários instrumentos de cooperação com o Departamento de Ergologia foram firmados e assinados: vários grupos de pesquisas enviaram pesquisadores para doutorados sanduíche e pós-doutorados na cidade de Aix-en-Provence, sede do departamento, e ocorreram muitas visitas de pesquisadores franceses e publicações em comum. Houve a organização de eventos lá e cá, assinaturas de acordos bilaterais – tais como o realizado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Internacional com o Brasil (Capes-Cofecub) – e a formação em doutorado pleno no Departamento de Ergologia, entre outros. A memória desses encontros, que já integram a 'história das ideias' sobre trabalho no Brasil, está por ser sistematizada de modo mais rigoroso em um futuro próximo.

As 'entradas' de pesquisadores brasileiros nesse referencial têm relação direta com a origem, as trajetórias profissionais e as tradições teórico-metodológicas nas quais desenvolveram suas pesquisas, seus desconfortos em face do mundo das ideias sobre o trabalho humano em um momento de expressivas transformações socioeconômicas e culturais em um país que não universalizou os direitos sociais básicos.

E o que estamos fazendo com as aberturas que esse referencial teórico-metodológico comporta? Este número da revista *Trabalho, Educação e Saúde* apresenta parte do que tem sido produzido, revisitando muitos e diversificados terrenos de pesquisa – educação e formação profissional, gestão, saúde em vários cenários de trabalho (UTI neonatal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Saúde da Família, Instituto de Pesquisa), teleatendimento, indústria petrolífera, comunicação – e mobilizando vários campos disciplinares, como engenharia de produção, ergonomia, comunicação, educação, ciências da saúde, serviço social... Interessante notar que, neste suplemento, sem que tenhamos planejado, não se trata de disciplinas específicas do grande campo das chamadas ciências humanas – história, sociologia –, mas de ‘campos disciplinares’ que estão, por razão ontológica, em diálogo tenso e permanente com elas e o que as mesmas podem elucidar, através de seus conceitos, sobre a experiência do trabalho na contemporaneidade. Uma exceção vale ser lembrada: a linguística, que foi objeto de um acordo Capes-Cofecub. No mais, são campos disciplinares que se constituem mais como *carrefour* de várias ciências e que se encontram em busca de seus objetos, princípios epistemológicos e teórico-metodológicos específicos. Se, por um lado, esses campos não podem prescindir dessas disciplinas ‘mestras’, por outro estão em interação tensa com elas na medida em que suas ferramentas conceituais não permitem compreender a complexidade do trabalho humano.

Outro aspecto curioso é a presença de vários grupos de pesquisa registrados no CNPq e vinculados a vários programas de pós-graduação: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (Nete/FaE/UFMG), Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho (Neict/UFF), Grupo Atividade – Ergologia e clínicas do trabalho (PPGPS/Uerj), Pesquisa e Intervenção em Atividade de Trabalho, Saúde e Relações de Gênero (Pistas) (Cesteh/Ensp/Fiocruz), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Política (Nepesp/CCHN/Ufes), Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho, CNPq/ECA-USP, Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Conhecimento, Grupo de Estudos Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento, entre outros que não foram citados pelos autores.

Chama a atenção o fato de os artigos serem, em sua maioria, coletivos que associam pesquisadores-orientadores seniores e jovens pesquisadores com pesquisas de mestrado e doutorado, revelando que, se não é o caso de falar de uma ‘escola’ teórica, esse referencial teórico-metodológico vai se consolidando e iniciando novas gerações de pesquisadores que buscam rastrear o que se passa na experiência do trabalho na atualidade em uma perspectiva mais clínica e de micropolítica.

Os conceitos da abordagem ergológica desvelam um tempo sociocultural marcado por uma crise do trabalho emprego, pela precarização nessas relações, dilemas para a formação profissional, novos e velhos agravos e adoecimentos, deixando entrever, paradoxalmente, as formas de resistência,

transgressão, reinvenção dos meios laborais e dos *modus operandi* em foco. Trabalhamos com o pressuposto de que a consequência direta desse fenômeno é o impacto nos modos de pensar o trabalho, exigindo abordagens que contemplem a relação sujeito-objeto em uma perspectiva concreta do trabalho realizado ‘aqui e agora’, um trabalho encarnado em um ‘sujeito’ situado histórica e culturalmente. Neste sentido, interessante observar a premência da articulação universal-singular em detrimento de cortes mais gerais caros à sociologia (do trabalho, entre outras) em cruzamentos com gênero, etnia e geracional. Seria uma simples ausência de contribuições neste sentido? Ou seria uma abordagem que nos leva aos aspectos mais clínicos da atividade humana, em que dimensões universais desse agir estão em foco, mesmo que tendo de captá-los no universo sociocultural onde se inscrevem revelando-lhes saberes e valores? Nesse caso, o que parece ausência se revelaria o ponto forte da abordagem ergológica: vislumbrar articulações entre níveis e critérios de gestão – pois trabalhar é gerir variáveis macro em função de possibilidades que se abrem no cotidiano das situações de trabalho, transitando dialeticamente entre macro e micro. Assim, os artigos que compõem este dossiê revelam por quais vias chegamos à abordagem ergológica, através da adoção de seus conceitos específicos que permitem leituras mais finas e cômodas de questões e desconfortos que encontramos no prosseguimento de nossas reflexões sobre o que está em mudança e/ou permanece no trabalho humano.

Interessante também são os múltiplos elos entre trabalho-educação-saúde nos vários cenários onde as pesquisas são realizadas. Saltam aos olhos as semelhanças de problemáticas entre serviços de saúde e educação no Brasil: isso teria relação com as histórias e condições gerais de realização desses serviços em nosso país? Ou à natureza própria aos serviços, que, aliás, neste dossiê são também de comunicação...

Mas essa articulação revela-se fecunda em outro sentido. Quando pensada *in situ*, no coração das situações de trabalho, no ínfimo das atividades ‘industriais’, desvela-se um agir humano ancorado nos próprios processos de luta pela saúde na relação com o meio – sempre infiel, lastreando novas formas de *savoir-faire* e gerando, nos vazios de normas, novos possíveis. O triângulo chave para a abordagem ergológica saberes-atividade-valores ancora aqui sua fonte mais fértil.

E é esse triângulo sempre presente nas situações laborais de todo e qualquer processo de trabalho que exige formas de pesquisa e de gestão mais democráticas. Há aqui uma exigência de frequentação do terreno e montagem de dispositivos cujo objetivo é a construção de saberes sobre trabalho. Para estes últimos, uma dupla exigência se coloca: o diálogo multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar, mas também a permanente confrontação ao crivo da atividade. Por isso, é muito comum os ‘sujeitos’ da pesquisa se apresentarem na primeira pessoa (do plural e/ou do singular),

revelando os meandros da atividade em foco. Toda dificuldade em ‘penetrar’ no campo também está associada à exposição dos agentes e das dobras do real que os mesmos têm a gerir e ao modo como são geridas por eles. De retorno dessas incursões antropológicas no terreno das situações laborais contemporâneas, surgem muitas novas interrogações às políticas de formação profissional. Bem como o desafio de intervir para transformar nas situações de trabalho investigadas.

Resta indagar que rumos tomarão os estudos sobre trabalho na esteira das perspectivas abertas pela abordagem ergológica do trabalho em solo brasileiro. E, claro, que rumos tomará a abordagem ergológica do trabalho na esteira desse encontro com a experiência e tradição de pesquisa brasileiras.

É importante salientar as contribuições estrangeiras recebidas para este suplemento. Do próprio Schwartz discutindo o conceito de trabalho, Louis Durrive e a reflexão sobre a atividade humana como intelectual e vital, Nouroudine a respeito das mudanças no mundo do trabalho e o método de abordá-lo e, finalmente, Fyad apresentando a ergologia na Argélia.

Como não poderia deixar de ser, resta agradecer a todos que participaram direta ou indiretamente dessa empreitada. Agradecemos aos editores da revista *Trabalho, Educação e Saúde* por acolherem o que era apenas uma ideia e nos acompanhar ao longo de todo o processo de maneira atenciosa e competente para concretizá-la; ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), que apoiou mais esta iniciativa acadêmica e que nos seus mais de 30 anos de existência tem contribuído de maneira incontestável para a formação de mestres e doutores altamente qualificados para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS); e agradecer, especialmente, a todos os parceiros, pesquisadores, professores e alunos, que com sua generosidade atenderam prontamente ao chamado para ajudar a construir esta obra. Por fim, agradecemos ao professor Yves Schwartz, pela oportunidade de refletir conosco sobre os rumos do trabalho na contemporaneidade e de nos inspirar para, conhecendo-o, transformá-lo, na busca de uma sociedade mais justa e solidária.

*Élida Azevedo Hennington (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, RJ)*

*Daisy Moreira Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)*

*Maria Clara Bueno Fischer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)*

Editoras convidadas

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Carla Macedo Martins*

*Isabel Brasil Pereira*

Editoras

## Notas

<sup>1</sup> Além das publicações individuais, a equipe de pesquisadores do Departamento de Ergologia publicou várias obras coletivas em língua francesa, onde apresenta e sistematiza a abordagem ergológica, tais como: *L'Homme Producteur*, Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1997; *Reconnaissances du Travail – Pour une approche ergologique*, Paris: PUF, 1998; *Travail et Ergologie*, Toulouse: Octarés Éditions, 2003; *L'Activité en Dialogues*. Toulouse: Octarés Éditions, 2009, todos sob direção do prof. Yves Schwartz, sendo que os dois últimos foram organizados em parceria com Louis Durrive. Além disso, publicou, em regime de cooperação com o Brasil, a obra *Linguagem e trabalho: construção de objetos, análise no Brasil e na França*, Daniel Faïta e Cecília Pérez Souza e Silva (Orgs.), São Paulo: Cortez, 2002, e ainda a obra de Yves Schwartz e Louis Durrive, organizada e publicada no Brasil por Athayde, M. e Brito, J. (2007): *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF (Original publicado em 2003).

<sup>2</sup> Além dessa inserção em território francês, o departamento colabora com grupos de pesquisa de outros países, como Itália, Portugal, Argélia e Moçambique. Depois de 1997, quando da primeira viagem de Yves Schwartz ao Brasil, como coordenador científico do departamento, vem crescendo a cooperação com pesquisadores, grupos de pesquisas de diversas universidades e instituições brasileiras públicas e privadas (UFMG, Uerj, UFF, PUC-SP, PUC-RJ, PUC-Minas, UNA, UFPB, UFU, UFG, USP, Unicamp, UFPE, UFMT, Ufes, UFRJ, UnB, Fiocruz, entre outras), em diversas áreas do conhecimento (Linguística, Educação, Ergonomia/Engenharia, Saúde Coletiva, História, Sociologia, Comunicação Social, Psicologia).

## Referências

ANALYSE PLURIDISCIPLINAIRE DES SITUATIONS DE TRAVAIL – APST. *Revue du IRETEP*. Numéro especial. Regards nouveaux sur le travail, Ivry-sur-Seine, n. 9, jan-mars, 1991.

SCHWARTZ, Yves. *Expérience et Connaissance du Travail*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988.

\_\_\_\_\_. *Le Paradigme Ergologique ou un Métier de Philosophe*. Toulouse: Octarés Éditions, 2000.

SCHWARTZ, Yves; FAÏTA, Daniel. *L'Homme Producteur*. Paris: Éditions Sociales, 1985.